

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Cenário Econômico

Importantes transformações e eventos marcaram o ano de 2016, tanto no âmbito doméstico como no contexto internacional. No Brasil, a mudança de governo abriu espaço para uma reorientação da política econômica, com a retomada de uma agenda reformista e a busca pelo reequilíbrio das contas públicas. Embora os efeitos sobre a economia real não apareçam no curto prazo e a legitimidade do atual governo, e sua continuidade ainda suscite dúvidas em alguns setores do mercado, a alteração dos rumos foi refletida na recuperação dos ativos brasileiros, após um período de fortes turbulências e perdas. No exterior, o ano de 2016 manteve o desempenho econômico moderado na maior parte das regiões, enquanto nos mercados praveleceu um ambiente positivo, a despeito de dois eventos não previstos até sua véspera: o *Brexit* no Reino Unido e a vitória de Donald Trump nas eleições dos Estados Unidos. No Brasil, 2016 ficou marcado pela mudança dos rumos na condução do País, com a posse de Michel Temer. A escolha de uma equipe econômica bem avaliada pelos mercados foi seguida de indicações de uma completa reorientação da agenda, na direção da retomada das diretrizes do Tripé Macroeconômico e da realização de reformas estruturais de âmbito fiscal. Com isso, a resposta dos ativos brasileiros foi muito positiva, com valorização do real e das ações de empresas, recuo do risco-país e dos juros futuros, bem como a melhoria dos índices de confiança. Entretanto, diante do quadro fiscal crítico e da situação financeira negativa de famílias e empresas, a economia real não formouse sensivelmente ao longo do segundo semestre. A recessão permitiu o recuo da inflação, que por sua vez abriu espaço ao Banco Central para iniciar um processo de afrouxamento monetário em outubro. O mercado de trabalho, que tradicionalmente reage com defasagem aos ciclos de atividade, sentiu de maneira mais intensa os reflexos da forte recessão iniciada em 2015. A taxa de desocupação, medida pela PNAD contínua, encerrou o ano em 12%, com uma taxa média de 11,5% em 2016 – bem acima da taxa média de 8,5% registrada em 2015. Porém, houve sinais de que o ritmo de piora foi atenuado ao longo do ano. De acordo com números do Caged, do Ministério do Trabalho, foram fechados 1,3 milhão de postos formais de trabalho em termos líquidos em 2016, perda inferior à observada no ano de 2015, quando 1,7 milhão de empregos formais foram perdidos. De todo modo, o desempenho do mercado de trabalho foi amplamente negativo, o que resultou em perdas reais de renda média (-2,3% no ano) e massa salarial (-3,5%) dos trabalhadores.

Após apresentar uma contração de 3,8% em 2015, o PIB cedeu 4% nos três primeiros trimestres de 2016, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Nesta base de comparação, todos os componentes da demanda interna exibiram quedas, com destaque para os investimentos (-11,0%). O consumo das famílias (-4,7%) e o consumo do governo (-0,7%) também seguiram a mesma direção, enquanto apenas as exportações líquidas contribuíram positivamente para o PIB, diante da alta de 5,2% das exportações e do forte recuo de 13,1% das importações. Entre os setores de atividade, também houve baixas generalizadas, com destaque para o setor agropecuário (-6,8%), afetado por problemas climáticos. Indústria (-4,3%) e Serviços (-2,8%) também exibiram performance negativa. Especificamente no 3º trimestre, a queda do PIB já se mostrou mais contida (-2,9%), mas ainda assim substancial.

As vendas no varejo restrito recuaram 6,4% nos 11 primeiros meses do ano, enquanto o indicador que mede o comércio ampliado (que inclui as vendas de veículos e materiais de construção) cedeu 8,8% no período. Além da citada deterioração do mercado de trabalho, que derruba a renda e a confiança das famílias, outro limitador para o consumo foi o mercado de crédito. As concessões de crédito livre às pessoas físicas em 2016 recuaram 0,6% em termos nominais, mas ao excluir o efeito inflacionário o recuo real atingiu 8,7%. Ou seja, não houve impulso do crédito para fomentar o consumo. Quanto aos níveis de inadimplência, no caso das pessoas físicas, a taxa finalizou 2016 em 6%, ligeiramente abaixo do fechamento de 2015 (6,2%). Já no caso das pessoas jurídicas, que enfrentam graves dificuldades de caixa, a inadimplência subiu de 4,4% para 5,2%, mas vale destacar o recuo desde o pico registrado em outubro (5,6%).

Um dos reflexos positivos do quadro recessivo foi o recuo consistente da inflação. O IPCA fechou 2016 com variação de 6,29%, dentro do intervalo de tolerância da meta de inflação (eto de 6,5%) e bem distante da expressiva alta de 10,67% observada em 2015.

Neste cenário mais benigno para a inflação, o Banco Central iniciou um processo de redução da taxa básica de juros, com dois cortes consecutivos de 25 pontos-base nas reuniões de outubro e novembro. Com isso, a taxa Selic encerrou o ano de 2016 em 13,75% a.a., em um processo que ganhou intensidade no início de 2017 e que deve persistir ao longo do ano. Cabe salientar que, diante do recuo da inflação, os juros reais exibiram uma forte elevação nos últimos meses. O desempenho das contas públicas permaneceu como o elemento mais crítico do quadro econômico brasileiro. A forte recessão manteve a tendência de baixa das receitas totais, que recuaram 3,1% em termos reais. O programa de repatriação de recursos do exterior impediu um recuo ainda maior, diante da arrecadação de R\$ 46,8 bilhões através da cobrança de impostos e multas. De lado das despesas, a redução real foi de apenas 1,2%, tendo em vista que boa parte dos gastos são obrigatórios. Vale destacar a piora acentuada das contas da previdência social, cujo déficit saltou de R\$ 94,8 bilhões em 2015 para R\$ 152,2 bilhões em 2016, praticamente a totalidade do déficit do governo central no ano passado (R\$ 155,5 bilhões). No caso dos números consolidados, que incluem os governos regionais e estaduais, o déficit primário atingiu R\$ 156,8 bilhões, resultado levemente melhor que a meta fiscal estabelecida pelo governo (-R\$ 163,9 bilhões) e que representou 2,5% do PIB (de 1,85% do PIB em 2015). Considerando a elevada despesa com juros (6,5% do PIB), o déficit nominal atingiu 8,9% do PIB no ano passado. Apesar de muito elevado, foi inferior ao déficit de 10,2% do PIB registrado em 2015.

No campo político, a aprovação da PEC que limita o crescimento dos gastos públicos por 20 anos e o encaminhamento da reforma da previdência foram aspectos muito positivos, favorecendo a melhora do ambiente econômico. Neste contexto, os ativos brasileiros exibiram melhora substancial. O CDS de 5 anos do País encerrou o ano em torno de 280 pontos, bem abaixo dos picos superiores a 500 pontos observados no início de 2016, antes do avanço do processo de *impachment*. Este comportamento se materializou na taxa de câmbio, que encerrou o ano em R\$ 3,26/US\$, também distante dos patamares superiores a R\$ 4,00/US\$ verificados em 2016, praticamente a totalidade do déficit do governo central no ano passado (R\$ 155,5 bilhões). No caso dos números consolidados, que incluem os governos regionais e estaduais, o déficit primário atingiu R\$ 156,8 bilhões, resultado levemente melhor que a meta fiscal estabelecida pelo governo (-R\$ 163,9 bilhões) e que representou 2,5% do PIB (de 1,85% do PIB em 2015). Considerando a elevada despesa com juros (6,5% do PIB), o déficit nominal atingiu 8,9% do PIB no ano passado. Apesar de muito elevado, foi inferior ao déficit de 10,2% do PIB registrado em 2015.

No campo político, a aprovação da PEC que limita o crescimento dos gastos públicos por 20 anos e o encaminhamento da reforma da previdência foram aspectos muito positivos, favorecendo a melhora do ambiente econômico. Neste contexto, os ativos brasileiros exibiram melhora substancial. O CDS de 5 anos do País encerrou o ano em torno de 280 pontos, bem abaixo dos picos superiores a 500 pontos observados no início de 2016, antes do avanço do processo de *impachment*. Este comportamento se materializou na taxa de câmbio, que encerrou o ano em R\$ 3,26/US\$, também distante dos patamares superiores a R\$ 4,00/US\$ verificados em 2016, praticamente a totalidade do déficit do governo central no ano passado (R\$ 155,5 bilhões). No caso dos números consolidados, que incluem os governos regionais e estaduais, o déficit primário atingiu R\$ 156,8 bilhões, resultado levemente melhor que a meta fiscal estabelecida pelo governo (-R\$ 163,9 bilhões) e que representou 2,5% do PIB (de 1,85% do PIB em 2015). Considerando a elevada despesa com juros (6,5% do PIB), o déficit nominal atingiu 8,9% do PIB no ano passado. Apesar de muito elevado, foi inferior ao déficit de 10,2% do PIB registrado em 2015.

No contexto internacional, o ano de 2016 teve a continuidade do crescimento moderado das economias maduras e do ritmo forte na China, mas o destaque ficou para dois eventos políticos de grande relevância. Em junho, a aprovação da saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*), que representou um primeiro golpe ao processo de integração econômica, não apenas na região, mas em termos globais. E em novembro a surpreendente vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, que amplificou este contexto de incertezas, com sua agenda protecionista e anti-migração.

Nos Estados Unidos, a economia trouxe sinais mistos, embora a leitura geral tenha permanecido benigna. O crescimento do PIB foi de 1,6%, bem inferior ao ritmo de 2015 (2,8%). Porém, o desempenho modesto foi gerado por um esfriamento no início do ano, sendo que a atividade recuperou intensidade ao longo do segundo semestre. O mercado de trabalho manteve-se aquecido ao longo do período, com a criação de 2,1 milhões de empregos líquidos. Com isso, a taxa de desemprego finalizou o ano em 4,7%, abaixo da taxa de 5% registrada no final de 2015. Na política monetária, o crescimento mais baixo passou nas decisões do *Federal Reserve* ao longo do ano, que preferiu elevar a taxa de juros apenas na reunião de dezembro.

No caso da China, o crescimento de 6,7% em 2016 sinalizou que o governo segue firme em sua política de estímulos, a fim de fornecer suporte à atividade. Entretanto, persiste a visão de que tal padrão não é sustentável no médio prazo, tendo em vista a impossibilidade de manter a expansão demasiada do crédito vista nos últimos anos e os desequilíbrios econômicos que ainda precisam ser equacionados. O país segue na tentativa de equilibrar a necessidade de mudar o modelo, na direção de um maior consumo doméstico, com a manutenção de um crescimento no curto prazo que impeça o aumento do desemprego.

Em resumo, o ano de 2016 foi marcado por fortes ruídos políticos e econômicos no Brasil, que resultaram na mudança do comando do país e na indicação de uma nova direção para a política econômica. Os ajustes em curso, que incluem a aprovação de uma importante lei que limita o crescimento dos gastos públicos, reabriram a possibilidade de uma retomada do crescimento econômico a partir de 2017, mesmo que o ritmo tenda a ser muito gradual. A demanda agregada continuará fragilizada pelo consumo das famílias, diante da deterioração do mercado de trabalho e do crédito restrito, e pela necessidade de aperto fiscal. Já os investimentos devem voltar a crescer, porém em ritmo lento em virtude da elevada aversão existente na indústria e das dificuldades para reativar rapidamente o segmento de infraestrutura. O cenário para os próximos meses mostra-se mais promissor, com a incipiente melhora da confiança dos agentes, a expectativa de gradual recuperação da atividade, queda da inflação e corte na taxa de juros, prêmios de risco mais baixos e ativos domésticos mais valorizados em relação ao padrão recente e, principalmente, com uma condução responsável da economia e o encaminhamento de reformas importantes.

2. BANCOOB

Fundado em 1996, pelas entidades filiadas ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicob), o Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob) – banco múltiplo com carteiras comercial e imobiliária – integra o conglomerado formado pela Cabal Brasil Ltda., pelo Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM, pela Ponta Administradora de Consórcios Ltda. e pelo Bancoob Participações em Seguridade S.A. – Bancoob Par Seguridade, que detém 50% de participação nas atividades da Sicob Seguradora. O Bancoob também é fundador e patrocinador da Fundação Sicob Pev. Essas empresas viabilizam soluções financeiras nos segmentos de cartões, fundos de investimento, consórcios, previdência complementar e seguros.

Com o propósito de agregar competitividade ao Sicob, o Bancoob atua de forma a impulsionar melhores retornos para as cooperativas e seus cooperados. No ano de 2016, o Banco promoveu avanços importantes em relação aos produtos, com a disponibilização da operação de crédito imobiliário, a autorização da Superintendência de Seguros Privados (Susep) para iniciar suas operações de seguros e com o lançamento dos aplicativos “SicobCard Mobile” e “Sicob Minhas Finanças” para canais de atendimento digital. Também consolidou expansão no mercado de aquisição chegando à marca de 100 mil lojas utilizando a marca *Sipag* - Soluções Integradas de Pagamento, por meio da qual foram capturados mais de R\$ 6,5 bilhões em vendas.

No primeiro semestre de 2016 a instituição teve seu *Rating* Nacional de Longo Prazo ratificado pela *Fitch Ratings* em “AA-”, com perspectiva de estabilidade, refletindo seus excelentes índices de qualidade de ativos, os adequados resultados operacionais e a manutenção da boa liquidez.

3. Performance

O Bancoob encerrou 2016 com ativos totais consolidados de R\$ 34,35 bilhões, aumento de 37,34% em relação ao ano anterior, destacando-se:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM

Com montante de R\$ 19,97 bilhões em 2016, tem expressiva participação de títulos públicos federais em sua composição (LFTs, LTNs e NTNs), o que equivale a 77,42% do total. Os títulos classificados como “mantidos até o vencimento”, no valor de R\$ 123 milhões, estão amparados por estudos de capacidade financeira.

b. Carteiras de crédito

A operação de crédito totalizou R\$ 9,82 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 6,39% em relação a 2015. Na composição total, destacam-se as linhas de BNDES - com uma expansão de 9,58% -, Funcafé, Crédito Rural - Recursos Obrigatórios e Poupança Rural.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Circulante	21.080.481	13.811.316	21.110.517	13.822.640
Disponibilidades (Nota 5)	9.458	16.618	9.832	16.622
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	9.266.901	4.946.249	9.266.901	4.946.249
Aplicações no mercado aberto	7.618.319	4.213.202	7.618.319	4.213.202
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.648.582	733.047	1.648.582	733.047
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	1.166.937	1.122.851	1.179.366	1.129.493
Carteira própria	861.344	904.985	873.773	947.627
Vinculados a compromissos de recompra	25.141	-	25.141	-
Vinculados à prestação de garantias	280.452	181.866	280.452	181.866
Relações interfinanceiras (Nota 20 a)	486.130	226.479	486.130	226.479
Pagamentos e recebimentos a liquidar	316	309	316	309
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	485.742	226.077	485.742	226.077
Relações com correspondentes	72	93	72	93
Operações de crédito (Nota 8)	6.258.971	5.479.997	6.258.971	5.479.997
Operações de crédito - Setor privado	6.277.425	5.496.173	6.277.425	5.496.173
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.454)	(16.176)	(18.454)	(16.176)
Outros créditos	3.859.302	1.992.398	3.876.057	1.997.073
Rendas a receber	23.184	23.407	27.152	24.673
Diversos (Nota 20 b)	3.836.118	1.976.523	3.848.905	1.979.932
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	(7.532)	-	(7.532)
Outros valores e bens	32.782	26.724	33.260	26.727
Outros valores e bens	492	376	492	376
Despesas antecipadas	32.290	26.348	32.768	26.351
Não circulante	13.246.736	11.201.872	13.239.888	11.188.447
Realizável a longo prazo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	5.006	-	5.006	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.006	-	5.006	-
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	9.533.649	7.299.881	9.563.595	7.299.881
Carteira própria	6.698.992	4.438.438	6.728.938	4.438.438
Vinculados a compromissos de recompra	138.803	125.911	138.803	125.911
Vinculados à prestação de garantias	2.695.854	2.735.532	2.695.854	2.735.532
Operações de crédito (Nota 8)	3.564.058	3.753.403	3.564.058	3.753.403
Operações de crédito - Setor privado	3.582.069	3.773.762	3.582.069	3.773.762
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.011)	(20.359)	(18.011)	(20.359)
Outros créditos	17.116	46.605	17.817	47.730
Diversos (Nota 20 b)	27.607	46.636	28.308	47.761
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(10.491)	(31)	(10.491)	(31)
Investimentos	75.250	48.625	79.826	33.228
Participações em coligadas e controladas (Nota 10)	75.050	48.425	29.626	33.028
Outros investimentos	200	200	200	200
Imobilizado (Nota 11)	48.299	51.302	52.758	52.028
Imóveis de uso	55.914	55.914	55.914	55.914
Outras imobilizações de uso	15.469	17.682	25.161	18.829
(-) Depreciações acumuladas	(23.084)	(22.294)	(28.317)	(22.715)
Intangível (Nota 12)	3.358	2.056	6.828	2.177
Softwares	9.043	7.042	16.934	7.168
(-) Amortizações acumuladas	(5.685)	(4.986)	(10.106)	(4.991)
Total do ativo	34.327.217	25.013.188	34.350.405	25.011.087

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	BANCO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2016	Exercícios 2016	2015	2016	Exercícios 2015	2015
Receitas da intermediação financeira	1.768.449	3.242.448	2.599.168	3.248.916	2.599.168	2.599.168
Operações de crédito (Nota 8 h)	498.041	964.576	811.721	964.576	811.721	811.721
Resultado com títulos e valores mobiliários (Nota 7b)	1.259.791	2.258.025	1.765.972	2.264.493	1.765.990	1.765.990
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	611	-	-	611
Resultado das aplicações compulsórias	10.617	19.847	20.864	19.847	20.864	20.864
Despesas da intermediação financeira	(1.586.862)	(2.888.330)	(2.299.800)	(2.884.636)	(2.257.272)	(2.257.272)
Operações de captação no mercado (Nota 13 b)	(1.541.557)	(2.804.416)	(2.195.081)	(2.800.720)	(2.193.453)	(2.193.453)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 16 b)	(39.494)	(72.728)	(56.021)	(72.729)	(56.021)	(56.021)
Provisão para créditos liquidação duvidosa (Nota 8 e)	(5.811)	(11.186)	(7.798)	(11.187)	(7.798)	(7.798)
Resultado bruto da intermediação financeira	181.587	354.118	340.268	364.280	341.914	341.914
Outras receitas (despesas) operacionais	(11.855)	(56.812)	(149.861)	(53.778)	(148.263)	(148.263)
Receitas de prestação de serviços (Nota 20 g)	228.136	425.199	340.089	492.467	380.972	380.972
Rendas de tarifas bancárias (Nota 20 g)	36	77	83	77	83	83
Despesas de pessoal (Nota 20 h)	(49.226)	(90.739)	(75.540)	(121.359)	(82.768)	(82.768)
Despesas administrativas (Nota 20 i)	(125.024)	(236.960)	(207.843)	(279.760)	(232.970)	(232.970)
Despesas tributárias	(48.170)	(87.585)	(67.637)	(99.187)	(71.897)	(71.897)
Resultado de participações em controladas (Nota 10)	8.829	13.970	9.003	281	3.664	3.664
Outras receitas operacionais (Nota 20 j)	156.126	253.009	84.108	258.173	87.344	87.344
Outras despesas operacionais (Nota 20 k)	(182.562)	(333.783)	(232.124)	(304.470)	(232.691)	(232.691)
Resultado operacional	169.732	297.306	190.407	310.502	193.551	193.551
Resultado não operacional (Nota 20 l)	(93)	876	10.395	582	10.436	10.436
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	169.639	297.882	200.802	311.084	204.087	204.087
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	(71.348)	(126.037)	(73.482)	(137.441)	(76.606)	(76.606)
Imposto de renda (Nota 9 d)	(40.604)	(70.510)	(46.711)	(77.333)	(48.559)	(48.559)
Contribuição social (Nota 9 d)	(33.952)	(58.230)	(31.902)	(62.858)	(32.915)	(32.915)
Crédito fiscal diferido (Nota 9 d)	3.208	2.703	5.131	2.750	5.168	5.168
Participação dos empregados no lucro (Nota 22 e)	(6.203)	(8.621)	(7.567)	(8.830)	(7.729)	(7.729)
Lucro líquido do semestre/exercício	92.088	163.224	119.753	164.813	119.752	119.752
Número de ações:	638.829.146	638.829.146	497.764.490	638.829.146	638.829.146	638.829.146
Lucro líquido por lote de 1.000 ações - R\$	144,15	255,50	240,58	102,45	102,45	102,45

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As operações realizadas com recursos próprios apresentaram desempenho positivo. A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e tradicional), por exemplo, atingiu o valor de R\$ 50 bilhões, aumento de 34,51% em relação a 2015.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de Reais)

	BANCO			CONSOLIDADO	
	2º Semestre 2016	Exercícios 2016	Exercícios 2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	169.639	297.882	200.802	311.084	204.087
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.811	11.186	7.798	11.186	7.798
Depreciações e amortizações	2.125	4.253	4.195	6.046	4.375
Resultado de participação em controladas	(8.829)	(13.970)	(9.003)	(281)	(3.664)
Resultado ágio de participações em controladas	1.433	2.303	1.071	2.303	1.071
Juros pela venda do imobilizado	(1.406)	(2.917)	(3.187)	(2.917)	(3.187)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	577	1.662	2.683	1.764	2.920
Diminuição das aplicações interfinanceiras de liquidez	242.923	(637.931)	254.107	(637.931)	254.107
Aumento (diminuição) de títulos e valores mobiliários (Aumento) diminuição das relações interfinanceiras e interdependentes	(1.142.399)	(2.281.073)	68.384	(2.316.806)	65.238
	(303.781)	(247.639)	118.103	(247.639)	118.103
Aumento das operações de crédito	(274.134)	(597.891)	(1.142.392)	(597.891)	(1.142.392)
Aumento de outros créditos	(1.296.469)	(1.774.114)	(859.653)	(1.776.187)	(859.340)
Diminuição de outros valores e bens	(2.107)	(6.058)	(3.108)	(6.533)	(3.110)
Aumento de depósitos	3.163.062	6.896.608	2.293.514	6.858.419	2.289.930
Diminuição das obrigações por operações compromissadas	(193.069)	103.639	(439.414)	103.639	(439.414)
Aumento (diminuição) dos recursos e aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	117.688	149.199	31.020	149.199	31.020
Aumento das obrigações por empréstimo e repasses	311.921	324.817	209.509	324.817	209.509
Aumento de outras obrigações	971.149	1.372.148	721.514	1.422.614	722.221
Imposto de renda e contribuição social pagos	(60.605)	(60.605)	(44.721)	(70.140)	(47.507)
Varição nos resultados de exercícios futuros	32	(5)	60	(5)	60
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	1.703.561	3.541.494	1.411.282	3.534.741	1.411.825
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Investimentos em participação societária	-	(16.000)	(21.948)	-	(21.948)
Recebimento de dividendos e de coligadas	-	1.042	116	-	-
Alienação de investimentos	-	-	-	-	13
Alienação de imobilizado de uso	71	170	72	172	72
Alienação de intangível	-	-	24	-	24
Aquisição de imobilizado	(329)	(720)	(924)	(5.995)	(1.239)
Aplicação em gastos diferidos	-	-	-	-	-
Aquisição de intangível	(1.601)	(2.002)	(469)	(4.564)	(593)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.859)	(17.510)	(23.129)	(10.387)	(23.671)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital social	156.583	270.347	188.462	270.347	188.462
Aquisição de ações própria emissão	-	-	(26)	-	(26)
Pagamento de dividendos	-	(113.765)	(70.179)	(113.765)	(70.179)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	156.583	156.582	118.257	156.582	118.257
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.858.285	3.680.566	1.506.410	3.680.936	1.506.411
Modificação na posição financeira					
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.858.285	3.680.566	1.506.410	3.680.936	1.506.411
No início do período	5.197.255	3.374.973	1.868.563	3.374.977	1.858.566
No final do período	7.055.540	7.055.539	3.374.973	7.055.913	3.374.977

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Bancoob"; "Instituição" ou "Banco") foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central" ou "BC") em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Bancoob a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Bancoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo.

O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("Sicoob").

As cooperativas centrais também constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação com a finalidade de prestar serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais, implantação do sistema de controles internos e serviços de tecnologia da informação.

Dentre os serviços prestados pelo Bancoob, destacam-se a disponibilização da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis.

O descaimento entre passivos e ativos circulantes, no balanço patrimonial individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 8,28 bilhões e 8,31 bilhões, respectivamente, não oferece risco em função do que segue: i) aproximadamente 71,97% no balanço individual e 72,23% no balanço consolidado, do ativo não circulante constituem-se de títulos públicos federais de elevada liquidez; ii) a maior parte da captação do Banco é feita por meio de certificado de depósito interfinanceiro das cooperativas de crédito, acionistas do Banco; e iii) realizamos testes periódicos que demonstram a estabilidade/renovação do passivo de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas ("demonstrações contábeis") são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.As., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem, além dos saldos contábeis do Banco, os do BANCOOB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e da Ponta Administradora de Consórcios Ltda. Foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre controladas e controlador.

A Diretoria colegiada do Bancoob submeteu ao Conselho de Administração, que aprovou estas demonstrações contábeis em 14 de fevereiro de 2017.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação/captação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Importante destacar que se trata de operações lastreadas em títulos públicos federais e privados.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

iii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseada em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular nº 3.082/01 do Banco Central, são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balancetes mensais e dos balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

h. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a análise e a classificação do tomador e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. A Resolução requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o de menor risco e "H" o de maior risco.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação classificada como de risco nível "H" é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada com prejuízo passa a ser classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 8c.

i. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas e coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais, baseada na estimativa de vida útil: imóveis de uso - 4,70%, equipamentos de uso - 10%, veículos e processamento de dados - 20%.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

k. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem *softwares* adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também é objeto de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m. Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, *pro rata* dia.

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos

das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

o. Plano de previdência

O plano de previdência instituído pelo Bancoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

p. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 15% até agosto, e 20% a partir de setembro, conforme alteração da Lei nº 7.689/98, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes. Os créditos tributários foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima e são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3.355/06. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

• **Ativos e passivos contingentes** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

• **Causas judiciais** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.

• **Obrigações legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

r. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

s. Pronunciamentos Técnicos - CPC's

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico
 - CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos
 - CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas
 - CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações
 - CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
 - CPC 24 – Evento Subsequente
 - CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
 - CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados
- Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovada a sua adoção pelo Banco Central do Brasil.

4. Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Caixa				
Disponibilidades (Nota 5)	9.458	16.618	9.832	16.622
Moeda nacional	508	243	882	247
Moeda estrangeira	8.950	16.375	8.950	16.375
Equivalentes de caixa				
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias) – (Nota 6)	7.046.080	3.358.355	7.046.080	3.358.355
Total	7.055.538	3.374.973	7.055.912	3.374.977

5. Disponibilidades

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Moeda nacional	508	243	882	247
Moeda estrangeira	8.950	16.375	8.950	16.375
Total	9.458	16.618	9.832	16.622

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	BANCO						CONSOLIDADO			
	Vencimento						Total		Total	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	2016	2015	2016	2015	
Aplicações em operações compromissadas	7.046.081	-	109.363	462.875	-	7.618.319	4.213.202	7.618.319	4.213.202	
Revendas a liquidar - Posição bancada	5.867.350	-	109.363	462.875	-	6.439.588	3.085.228	6.439.588	3.085.228	
Revendas a liquidar - Posição financiada	1.178.731	-	-	-	-	1.178.731	1.127.974	1.178.731	1.127.974	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	200.603	177.809	460.011	810.159	5.006	1.653.588	733.047	1.653.588	733.047	
Total	7.246.684	177.809	569.374	1.273.034	5.006	9.271.907	4.946.249	9.271.907	4.946.249	
Circulante						9.266.901	4.946.249	9.266.901	4.946.249	
Não Circulante						5.006	-	5.006	-	

b. Receitas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

- Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações de títulos e valores mobiliários.

	BANCO		
	2º Semestre 2016	2016	2015

	Valor contábil					Total 2016			Total 2015			
	Vencimento					Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado	
Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano							
Carteira vinculada à recompra												
LFT	-	-	-	262	-	138.803	139.302	139.065	(237)	104.108	104.081	(27)
Total	-	-	-	262	-	138.803	139.302	139.065	(237)	104.108	104.081	(27)
Carteira vinculada a garantias												
LF	-	-	-	33.868	377.869	411.260	411.737	477	207.489	207.473	(16)	
LFT	-	-	-	245.460	2.317.985	2.567.030	2.563.445	(3.585)	2.709.077	2.708.940	(137)	
Total	-	-	-	279.328	2.695.854	2.978.290	2.975.182	(3.108)	2.916.566	2.916.413	(153)	
Carteira vinculada à recompra II – Títulos para negociação	2.213	-	-	-	-	2.203	2.213	10	-	-	-	
Carteira para negociação												
LF	2.213	-	-	-	-	2.203	2.213	10	-	-	-	
Total	2.213	-	-	-	-	2.203	2.213	10	-	-	-	
III - Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	122.885	-	122.885	122.797	(88)	107.751	107.705	(46)	
Carteira própria												
LFT	-	-	-	96.882	-	96.882	96.813	(69)	84.936	84.899	(37)	
Total	-	-	-	96.882	-	96.882	96.813	(69)	84.936	84.899	(37)	
Carteira vinculada à recompra												
LFT	-	-	-	24.879	-	24.879	24.861	(18)	21.830	21.821	(9)	
Total	-	-	-	24.879	-	24.879	24.861	(18)	21.830	21.821	(9)	
Carteira vinculada a garantias												
LFT	-	-	-	1.124	-	1.124	1.123	(1)	985	985	-	
Total	-	-	-	1.124	-	1.124	1.123	(1)	985	985	-	
Total – TVM	20.076	121.408	90.487	62.051	885.344	9.563.595	10.708.178	10.742.873	34.685	8.431.865	8.429.328	(2.537)
Circulante	-	-	-	-	-	-	1.179.366	-	-	1.129.493	-	-
Não circulante	-	-	-	-	-	-	9.563.595	-	-	7.299.881	-	-

b. Composição de Títulos e Valores Mobiliários

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	10.575.488	8.314.981	10.617.863	8.321.623
Valor de mercado dos títulos disponíveis para negociação	2.213	-	2.213	-
Valor de curva atualizado dos títulos mantidos até o vencimento	122.885	107.751	122.885	107.751
Total	10.700.586	8.422.732	10.742.961	8.429.374

No exercício não ocorreram reclassificações de títulos entre as categorias. Em 31 de dezembro de 2016, o Bancoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 2.976.305 (2015 - R\$ 2.917.398), sendo principalmente:

- R\$ 2.134.229 (2015 – R\$ 2.173.909) referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito;
- R\$ 818.556 (2015 – R\$ 729.346) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.

c. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Rendas com Títulos de Renda Fixa	696.140	1.281.540	1.064.983	1.287.708
Rendas de Aplicações de Fundos de Investimentos	2.311	5.536	4.808	4.826
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6b)	572.881	974.228	699.994	974.228
Resultado de Operações com Derivativos	-	-	611	611
Despesas com Títulos e Valores Mobiliários	(1.541)	(3.279)	(3.813)	(3.813)
Total	1.259.791	2.258.025	1.766.583	2.264.493

8. Operações de crédito

a. Composição da carteira de operações de crédito

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2016	2015
Empréstimos e títulos descontados	787.227	603.228
Financiamentos	623.613	693.272
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.448.267	7.973.435
Financiamentos imobiliários	387	-
Subtotal	9.859.494	9.269.935
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.465)	(36.535)
Total	9.823.029	9.233.400
Circulante	6.258.971	5.479.997
Não Circulante	3.564.058	3.753.403

O aumento incorrido nas operações de crédito no exercício decorre, principalmente, da maior demanda por crédito por parte dos participantes do Sicoob.

b. Composição da carteira por Modalidade e Níveis de Risco

	BANCO E CONSOLIDADO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016	31/12/2015
Operações de Crédito											
Empréstimos e Títulos	28.454	592.616	72.784	72.210	7.423	956	3.435	446	8.903	787.227	603.228
Descontados	114.168	364.203	110.480	26.235	2.224	2.437	685	283	2.898	623.613	693.272
Financiamentos	6.662.673	1.651.061	87.682	46.830	21	-	-	-	-	8.448.267	7.973.435
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	387	-	-	-	-	-	-	-	387	-
Financiamentos imobiliários	6.805.295	2.608.267	270.946	145.275	9.668	3.393	4.120	729	11.801	9.859.494	9.269.935
Outros Créditos	2.630	1.579.018	68.327	27.846	3.106	467	171	75	458	1.682.098	1.250.534
Total Geral	6.807.925	4.187.285	339.273	173.121	12.774	3.860	4.291	804	12.259	11.541.592	10.520.469
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	20.937	3.393	5.194	1.277	1.158	2.145	563	12.259	46.926	44.067
Total líquido de provisões em 31/12/2016	6.807.925	4.166.348	335.880	167.927	11.497	2.702	2.146	241	-	11.494.666	-
Total líquido de provisões em 31/12/2015	6.423.720	3.601.203	303.402	134.625	7.673	2.141	3.394	245	-	-	10.476.402

c. Composição da Provisão de Liquidação Duvidosa por Modalidade

	BANCO E CONSOLIDADO									
	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016	31/12/2015
Operações de Crédito										
Empréstimos e Títulos Descontados	2.964	728	2.166	742	287	1.717	312	8.903	17.819	19.796
Financiamentos	1.821	1.105	787	222	731	343	198	2.898	8.105	5.704
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.255	877	1.405	-	-	-	-	-	10.539	11.035
Financiamentos imobiliários	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-
Total	13.042	2.710	4.358	966	1.018	2.060	510	11.801	36.465	36.535
Outros Créditos	7.895	683	836	311	140	85	53	458	10.461	7.532
Total Geral	20.937	3.393	5.194	1.277	1.158	2.145	563	12.259	46.926	44.067

d. Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

d1. Operações de Crédito em Curso Normal

	BANCO E CONSOLIDADO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016	31/12/2015
01 a 30 dias	201.732	215.968	26.151	10.188	572	158	308	21	249	455.346	357.236
31 a 60 dias	297.478	150.008	10.499	3.600	143	24	257	2	48	462.059	308.250
61 a 90 dias	290.054	221.534	12.218	7.622	200	28	282	4	48	531.990	1.384.150
91 a 180 dias	1.289.607	735.795	42.135	28.904	703	227	796	19	190	2.098.376	1.301.480
181 a 360 dias	2.850.250	1.325.484	6.160	33.832	1.301	386	1.514	56	929	4.275.912	3.326.032
Acima de 360	1.878.656	1.498.023	132.241	46.049	932	1.726	195	7	5.265	3.563.094	3.754.923
Total	6.807.777	4.146.812	285.404	130.194	3.851	2.550	3.352	109	6.729	11.386.777	10.432.071

d2. Operações de Crédito em Curso Anormal

	BANCO E CONSOLIDADO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016	31/12/2015
Parcelas Vencidas											
01 a 30 dias	10	18.939	17.955	5.382	637	39	22	20	211	43.215	34.771
31 a 60 dias	-	-	90	18.808	381	38	26	17	169	19.529	16.615
61 a 90 dias	-	-	-	67	4.388	43	28	16	158	4.700	3.573
91 a 180 dias	-	-	-	44	59	280	204	150	436	1.173	1.674
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	16	25	21	1.252	1.314	957
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	417	417	62
Total	10	18.939	18.045	24.301	5.465	416	305	224	2.643	70.347	57.652
Parcelas Vincendas											
01 a 30 dias	3	1.876	2.479	2.586	874	27	21	17	145	8.028	432
31 a 60 dias	3	1.460	1.530	872	110	28	20	17	170	4.220	1.504
61 a 90 dias	3	1.744	1.818	1.067	120	25	25	13	131	4.946	932
91 a 180 dias	9	5.687	5.808	3.656	394	77	53	38	365	16.087	2.228
181 a 360 dias	19	10.009	11.574	8.261	1.118	247	148	116	587	32.079	6.811
Acima de 360	100	759	12.615	2.183	842	492	366	260	1.490	19.107	18.839
Total	137	21.535	35.824	18.624	3.458	896	633	471	2.888	84.468	30.746
Total	147	40.474	53.869	42.926	8.923	1.312	937	695	5.531	154.815	88.398

e. Composição da carteira por setor de atividade e prazo de vencimento

	BANCO E CONSOLIDADO						
	A vencer						
Vencidas	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Rural	-	939.989	4.746.514	2.081.673	645.406	34.685	8.448.267
Intermediários financeiros	3.483	23.940	53.427	108.811	6.395	-	196.056
Pessoas físicas	52.055	124.127	158.866	306.244	41.784	-	683.076
Outros serviços	14.809	49.011	111.191	275.058	81.457	182	531.708

11. Imobilizado

	BANCO						CONSOLIDADO	
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Total	Total	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.010	46.454	3.440	671	448	54.023	54.611	54.611
Aquisição	-	-	296	491	137	924	1.239	1.239
Alienação	-	-	(49)	(17)	(5)	(71)	(71)	(71)
Depreciação	-	(2.487)	(687)	(290)	(110)	(3.574)	(3.751)	(3.751)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.010	43.967	3.000	855	470	51.302	52.028	52.028
Custo total	3.010	52.904	8.343	8.326	1.013	73.596	74.743	74.743
Depreciação acumulada	-	(8.937)	(5.343)	(7.471)	(543)	(22.294)	(22.715)	(22.715)
Valor residual	3.010	43.967	3.000	855	470	51.302	52.028	52.028
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.010	43.967	3.000	855	470	51.302	54.546	54.546
Aquisição	-	-	234	429	57	720	5.995	5.995
Alienação	-	-	(90)	(5)	(75)	(170)	(172)	(172)
Depreciação	-	(2.486)	(635)	(325)	(107)	(3.553)	(4.611)	(4.611)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.010	41.481	2.509	954	345	48.299	55.758	55.758
Custo total	3.010	52.904	6.984	7.777	708	71.383	81.075	81.075
Depreciação acumulada	-	(11.423)	(4.475)	(6.823)	(363)	(23.084)	(28.317)	(28.317)
Valor residual	3.010	41.481	2.509	954	345	48.299	52.758	52.758
Taxas anuais de depreciação - %	-	4,70%	10%	20%	10%			

12. Intangível - Softwares

	BANCO	CONSOLIDADO
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.232	2.232
Aquisição	469	592
Alienação	(24)	(24)
Amortização	(621)	(624)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.056	2.177
Custo total	7.042	7.168
Amortização acumulada	(4.986)	(4.991)
Valor residual	2.056	2.177
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.056	3.699
Aquisição	2.002	4.564
Alienação	-	-
Amortização	(700)	(1.435)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.358	6.828
Custo total	9.043	16.934
Amortização acumulada	(5.685)	(10.106)
Valor residual	3.358	6.828
Taxas anuais de amortização - %	20%	20%

13. Depósitos

a. Composição de depósitos

	BANCO						CONSOLIDADO	
	2016		2015		2016		2015	
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Depósitos à vista	25.361	-	-	-	-	-	25.361	23.957
Depósitos de poupança	3.166.740	-	-	-	-	-	3.166.740	2.747.375
Depósitos interfinanceiros	-	1.853.125	2.691.897	2.602.131	10.186.948	1.869.051	19.203.152	13.505.253
Depósitos interfinanceiros rurais	-	248.327	147.738	718.338	1.942.335	-	3.056.738	2.418.796
Depósitos a prazo	-	4.639	3.616	6.965	7.810	287.450	310.480	170.482
Total	3.192.101	2.106.091	2.843.251	3.327.434	12.137.093	2.156.501	25.762.471	18.865.863
- Circulante	-	-	-	-	-	-	23.605.970	16.489.429
- Não circulante	-	-	-	-	-	-	2.156.501	2.376.434

b. Despesas com operações de captações no mercado

	BANCO			CONSOLIDADO	
	2º Semestre 2016	2016	2015	2016	2015
Depósitos de poupança	116.012	220.405	192.001	220.405	192.001
Depósitos interfinanceiros	1.320.053	2.388.986	1.799.637	2.388.986	1.799.637
Depósitos a prazo	16.608	28.450	20.546	24.754	18.918
Captações no mercado aberto	78.878	151.926	177.325	151.926	177.325
Outras despesas de captação	10.006	14.649	5.572	14.649	5.572
Total	1.541.557	2.804.416	2.195.081	2.800.720	2.193.453

A variação verificada nos depósitos de poupança e interfinanceiros atende ao aumento na procura por esses produtos financeiros pelos participantes do SICOOB.

14. Obrigações por operações compromissadas

Maturidade

	BANCO E CONSOLIDADO						2015	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total	Total
Próprio	35.908	99.473	2.144	26.040	-	163.565	125.439	125.439
Terceiros	1.179.973	-	-	-	-	1.179.973	1.114.460	1.114.460
Total	1.215.881	99.473	2.144	26.040	-	1.343.538	1.239.899	1.239.899
- Circulante	-	-	-	-	-	-	1.343.538	1.217.911
- Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	21.988

15. Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures

	BANCO E CONSOLIDADO						2015	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total	Total
LCA – PÓS	34.283	73.358	23.506	52.555	219	183.921	34.722	34.722
Total	34.283	73.358	23.506	52.555	219	183.921	34.722	34.722
Circulante	-	-	-	-	-	183.702	32.875	32.875
Não Circulante	-	-	-	-	-	219	1.847	1.847

16. Obrigações por repasses do País

a. Composição das obrigações por repasses do País

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2031 e com encargos financeiros de até 11,31 % a.a.

	BANCO E CONSOLIDADO						2015	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total	Total
BACEN MCR 6-2 (a)	-	-	165.765	-	-	165.765	-	-
Tesouro Nacional	-	-	23	-	-	23	42	42
BNDES	-	63.029	213.782	514.820	370.545	34.378	1.196.554	991.017
Banco do Brasil/FCO	-	1.156	8.360	32.830	9.598	-	51.944	46.942
Finame	-	25.340	148.613	316.706	173.457	122	664.238	704.980
Funcafé	-	137.343	117.878	14.107	2.516	-	271.844	282.570
Total	-	226.868	654.421	878.463	556.116	34.500	2.350.368	2.025.551
- Circulante	-	-	-	-	-	-	881.289	609.136
- Não circulante	-	-	-	-	-	-	1.469.079	1.416.415

A variação do exercício acompanha parte da maior demanda por crédito descrita na Nota 8 a.

(a) Valor referente à deficiência da exigibilidade de aplicação dos Recursos de Crédito Rural - MCR 6-2.

b. Despesas com obrigações por repasses do país

	BANCO E CONSOLIDADO			
	2º Semestre 2016	2016	2015	2015
Tesouro Nacional	1	3	-	4
BNDES	23.328	44.055	35.597	35.597
FINAME	6.948	13.207	10.581	10.581
Banco do Brasil - FCO	868	1.635	993	993
Outras Instituições - Funcafé	8.350	13.828	8.846	8.846
Total	39.494	72.728	56.021	56.021

17. Passivos, contingências e obrigações legais

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Bancoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN nº 3.823/09, conforme resumos a seguir:

i. A provisão é reconhecida somente quando: (a) o Bancoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

ii. Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Bancoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A Administração do Bancoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

a. Obrigações legais classificadas como "risco de perda provável"

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no semestre. Os depósitos judiciais estão registrados em "Outros Créditos – Diversos".

Provisões constituídas

a.1. Composição dos saldos patrimoniais

	BANCO		CONSOLIDADO			
	2016	2015	2016		2015	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Fiscais	65	82	-	-	65	83
Trabalhistas	571	1.439	415	1.646	597	1.580
Cíveis	443	821	443	628	472	903
Total	1.079	2.342	858	2.274	1.134	2.566

a.2 Movimentação das provisões para causas judiciais

	BANCO				CONSOLIDADO			
	2016		2015		2016		2015	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total	Total	Total	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro	-	1.646	628	2.274	8.559	2.487	8.624	8.624
Constituições no exercício	82	1.018	1.711	2.811	3.477	3.263	3.835	3.835
Utilizações no exercício	-	(552)	(1.131)	(1.683)	(8.251)	(1.879)	(8.251)	(8.251)
Reversões no exercício	-	(673)	(387)	(1.060)	(1.511)	(1.305)	(1.721)	(1.721)
Saldo final em 31 de dezembro	82	1.439	821	2.342	2.274	2.566	2.487	2.487

A provisão para riscos fiscais está registrada em Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias (Nota 20e) e as provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão registradas em Outras Obrigações – diversas (Nota 20f).

Natureza das ações classificadas como "risco de perda provável"

i. **Trabalhistas** – Referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.
ii. **Cíveis** – Referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

b. **Contingências classificadas como "risco de perda provável"**
As ações classificadas como risco de perda provável não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis que discutem a solidariedade do Bancoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; (ii) ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Bancoob por erro cometido por cooperativa; (iii) ações de natureza trabalhista; (iv) ações administrativas fiscais previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS); (v) ação anulatória de lançamento fiscal ajuizada pelo Banco. O ato de infração que se pretende desconstituir através da ação anulatória, refere-se ao valor deduzido pelo BANCOOB em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo BANCOOB, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do Banco. Devido às incertezas na apuração de eventual valor econômico envolvido em uma possível condenação e a atual estágio das causas classificadas como perdas possíveis, o valor do efeito financeiro divulgado pelo Bancoob é o valor original de causa não atualizado.

b.1 Saldo dos passivos contingentes classificados como "risco de perda provável"

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas	5.565	3.547	5.919	3.931
Fiscais/Previdenciárias	143.744	23	143.767	41
Cíveis	79.901	42.123	82.357	43.530
Total	229.210	45.693	232.043	47.502

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é composto atualmente por ações 638.814.809 (2015 – 497.764.490) ações, sendo 321.167.553 ações ordinárias (2015 – 250.248.136) e 317.661.593 ações preferenciais (2015 – 247.516.354), todas sem valor nominal. Em 2015 houve um aumento de capital no valor de R\$ 118.282 e em 2016 o aumento foi no valor de R\$ 113.765.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 45 (2015 - R\$ 45) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Bancoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 8.161 em 2016 (R\$ 5.988 em 2015).

Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 147.309 (R\$ 108.077 em 2015), a ser destinada na próxima assembleia.

d. Dividendos

O estatuto do Bancoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram provisionados dividendos no montante de R\$ 7.753, equivalentes a R\$ 12,14 por lote de mil ações (2015 - R\$ 5.688, equivalentes a R\$ 11,43 por lote de mil ações).

e. Ajuste a valor de mercado

Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda conforme requerido pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social. (Nota 9a).

19. Limites operacionais - Acordo da "Basileia"

O patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial Bancoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos.

PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR

PARCELAS DE RISCO (9,875%)

	2016	2015
Parcela para Risco de Crédito - RWACPAD	745.200	566.310
Parcela para Risco de Mercado - RWAMPAD	14.676	14.910

i. Despesas administrativas

	BANCO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2016	2015	2016	2016	2015	2016
Despesas de água, energia e gás	25	66	66	446	140	446
Despesas de comunicação	8.571	15.867	12.351	9.418	12.796	9.418
Despesas com manutenção e conservação	137	235	179	636	378	636
Despesas de material	3.893	7.424	4.453	7.819	4.504	7.819
Despesas de processamento de dados	25.828	55.932	76.080	59.208	76.845	59.208
Despesas com propaganda e publicidade	6.567	10.245	5.006	11.089	5.866	11.089
Despesas com serviços do sistema financeiro	42.937	75.558	47.865	76.448	47.992	76.448
Despesas de serviços de terceiros	21.650	42.752	37.880	70.582	59.275	70.582
Despesas de serviços técnicos especializados	8.451	15.360	11.479	15.629	11.672	15.629
Despesas e depreciação e amortização	2.126	4.254	4.192	6.049	4.374	6.049
Despesas com viagens	1.574	2.678	2.118	3.131	2.205	3.131
Outras despesas administrativas	3.265	6.589	6.174	19.305	6.930	19.305
Total	125.024	236.960	207.843	279.760	232.977	279.760

j. Composição de outras receitas operacionais

	BANCO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2016	2015	2016	2016	2015	2016
Recuperação de encargos e despesas	2.203	4.300	12.036	4.300	12.036	4.300
Receitas de cartões de crédito (a)	31.972	62.569	39.981	62.569	39.981	62.569
Atualização de crédito com INSS	-	-	895	-	-	895
Adquirência	121.466	183.577	29.192	183.577	29.192	183.577
Outras	485	2.562	2.004	7.727	5.240	7.727
Total	156.126	253.009	84.108	258.173	87.344	258.173

(a) A fim de compor o total de receita com cartão de crédito, considerar também, a nota 20g.

k. Composição de outras despesas operacionais

	BANCO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2016	2015	2016	2016	2015	2016
Despesas com administração de cartões de crédito	81.991	150.926	116.673	133.297	116.673	133.297
Atualização de créditos do INSS (a)	1.085	2.081	2.385	2.081	2.385	2.081
Despesas com tarifas de arrecadação	14.137	29.141	25.736	29.141	25.736	29.141
Comissão sobre operações de crédito	38.654	74.204	67.846	74.204	67.846	74.204
Adquirência	41.108	64.459	10.205	64.459	10.205	64.459
Outras	5.587	12.972	9.407	1.288	9.846	1.288
Total	182.562	333.783	232.124	304.470	232.691	304.470

(a) Refere-se à atualização de recursos disponíveis do INSS, enquanto o benefício ainda não foi pago ao beneficiário, sendo atualizado pela taxa Selic.

l. Resultado não operacional

	BANCO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2016	2015	2016	2016	2015	2016
Receita não operacional (a)	1.406	3.042	11.618	3.048	11.659	3.048
Despesa não operacional	67	163	162	163	162	163
Amortização ágio Consórcio Ponta	1.432	2.303	1.061	2.303	1.061	2.303
Total	93	576	10.395	582	10.436	582

(a) Em 2015 o Bancoob, visando promover a gestão centralizada das operações de seguros no Sicoob, estabeleceu acordos operacionais com importantes seguradoras do mercado. Dentre os critérios que embasaram a escolha das companhias, destacou-se a participação financeira para a estruturação das parcerias estratégicas, com impacto direto na receita não operacional, no valor de R\$ 8.330.

21. Transações com partes relacionadas

a. Sistema Sicoob

O Bancoob foi criado, conforme descrito no contexto operacional (Nota 1), para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito em termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. Demonstramos abaixo as operações do Banco com o sistema Sicoob:

	2016		2015	
	7.048.043	7.275.532	7.015.352	7.221.535
Ativo				
Operações de crédito	7.015.352	7.221.535	7.015.352	7.221.535
Valores a receber	5.654	30.419	5.654	30.419
Despesas antecipadas – Comissão Credconsignado	27.037	23.578	27.037	23.578
Passivo	26.919.992	14.072.309	26.919.992	14.072.309
Depósitos à vista	7.226.016	5.604	7.226.016	5.604
Depósitos interfinanceiros	18.956.713	13.453.842	18.956.713	13.453.842
Depósitos a prazo	89.550	23.133	89.550	23.133
Operações compromissadas – carteira própria	-	92.146	-	92.146
Operações compromissadas – carteira de terceiros	621.403	467.908	621.403	467.908
Comissões a pagar – Credconsignado	1.600	2.305	1.600	2.305
Valores a pagar – Del Credere	18.014	14.734	18.014	14.734
Valores a pagar – Tarifas de recebimentos de convênios	6.696	3.004	6.696	3.004
Valores a pagar – Sicoob Confederação	-	9.633	-	9.633
Receitas	688.123	577.142	688.123	577.142
Operações de crédito	509.453	415.130	509.453	415.130
Receitas de prestação de serviços	177.129	157.826	177.129	157.826
Outras receitas operacionais	1.541	1.000	1.541	1.000
Receitas não operacionais	-	3.186	-	3.186
Despesas	2.467.251	1.976.789	2.467.251	1.976.789
Captação	2.270.162	1.759.260	2.270.162	1.759.260
Outras despesas Operacionais	197.089	217.529	197.089	217.529

b. Subsidiárias

	Bancoob DTVM		Bancoob PAR		Cabal		Consórcio Ponta	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Passivo	3.801	1.740	487	4.431	35.313	7.721	17.339	11.353
Depósitos à vista	6	67	2	-	2.728	3.173	8	8
Depósitos a prazo	3.795	1.673	485	4.431	26.928	4.548	17.336	11.345
Valores a pagar	-	-	-	-	5.657	-	-	-
Despesas	232	241	31	431	19.784	1.613	1.228	709
Despesas de captação	232	241	31	431	380	1.613	1.102	709
Despesas administrativas	-	-	-	-	19.404	-	126	-

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais de acionistas, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A remuneração paga aos diretores e conselheiros está demonstrada a seguir:

	BANCO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2016	2015	2016	2016	2015	2016
Encargos	855	1.683	1.523	2.256	2.044	2.256
Honorários	2.968	6.035	5.486	9.361	7.392	9.361
Seguros	71	114	83	145	112	145
Planos de aposentadoria e pensão	140	276	125	441	172	441
Total	4.035	8.108	7.217	12.473	9.720	12.473

22. Outras informações

a. Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05, o Bancoob possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com captações da mesma titularidade. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo. Os montantes sujeitos à compensação estão resumidos a seguir:

Descrição	BANCO			CONSOLIDADO		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido
Depósito a prazo/CDI	3.035.101	2.656.785	378.316	3.035.101	2.656.785	378.316

Descrição	BANCO			CONSOLIDADO		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido
Depósito a prazo/CDI	2.891.770	2.228.532	663.238	2.891.770	2.228.532	663.238

b. Seguros

O Bancoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

c. Garantias prestadas

As garantias concedidas, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 5.866 (2015 - R\$ 7.055). Em 2016 foi constituída uma provisão no valor de R\$ 41.

d. Benefícios a empregados

Previdência complementar
O Bancoob é patrocinador da Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência, complementares aos da previdência oficial básica, na modalidade de contribuição definida. Em 31 de dezembro de 2016, a Sicoob Previ contava com 442 participantes ativos (2015 - 409), cuja contribuição totalizou R\$ 2.544 (2015 - R\$ 1.075).

e. Participação nos lucros

O Bancoob oferece a seus funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. No 2º semestre e no exercício de 2016, foram provisionados os valores de R\$ 6.203 e R\$ 8.621, respectivamente (2015 - R\$ 5.127 e R\$ 7.567), consolidado - R\$ 6.332 e R\$ 8.830 (2015 - R\$ 5.241 e R\$ 7.729), registrado em Provisão para Participações nos Lucros.

f. Fiscalização

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante legislação específica aplicável.

g. Alterações na Legislação Tributária

Em 22/5/2015 foi publicada a MP 675, que alterou a Lei 7.689/88, elevando a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido de 15% para 20%. A alteração passou a vigorar a partir do dia 1º de setembro de 2015, e tratou exclusivamente da alteração da alíquota para as instituições financeiras, seguros privados, e de capitalização. A medida provisória em questão foi convertida na Lei nº 13.169/15, em outubro de 2016.

h. Bancoob Participações em Seguridade S.A.

O BANCOOB, motivado pelas boas oportunidades no mercado de seguros, pela capilaridade da rede de atendimento do Sicoob, bem como pelo desafio de atender as necessidades de seus associados, constituiu a Bancoob Participações em Seguridade S.A., com o objetivo de criar uma Companhia Seguradora de Vida e Previdência, em sociedade com a seguradora Mongeral Aegon. A nova Companhia, denominada Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S/A, obteve autorização da Superintendência de Seguros Privados (Susep) para iniciar suas operações, no dia 12 de agosto de 2016, por meio da portaria nº 6.620, e teve seus atos constitutivos registrados pela Junta Comercial em 5 de outubro de 2016. Em 2016, as Receitas foram obtidas pelas Aplicações Financeiras do capital da empresa e alcançaram o montante de R\$ 1.161. As Despesas Administrativas atingiram o valor de R\$ 150 e o Lucro Líquido fechou em R\$ 562. Com capital social inicial de R\$ 40 milhões e sede em Brasília (DF), a nova companhia tem como meta levar seguros de vida e planos de previdência aos quase quatro milhões de cooperados do Sicoob no País. A expectativa é que a empresa esteja no grupo das dez maiores seguradoras de vida brasileiras nos próximos cinco anos. A Sicoob Seguradora deve iniciar a emissão de apólices no primeiro trimestre de 2017.

23. Gerenciamento de riscos

a) Risco operacional

As diretrizes para gestão de risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional. O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados ao Colegiado da Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal. A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA). Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

b) Riscos de mercado e de liquidez

O Bancoob aderiu às seguintes Políticas: Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado. Tais Políticas preveem procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.464/2007 e no art. 8º da Resolução CMN 4.090/2012. A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado define a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado;
- b) análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
- c) limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtests dos modelos de cálculo de risco de mercado;

e) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress;
f) planos de contingência.
A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:
a) limite mínimo de liquidez;
b) projeção do fluxo de caixa para 90 dias;
c) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress;
d) planos de contingência de liquidez.
Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.
Em cumprimento às Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012 e às Circulares BCB 3.678/2013 e 3.748/2015, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

c) Risco de crédito

O Bancoob é responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, conforme prevê o art. 9º da Resolução CMN 3.721/2009, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitoramento das carteiras de crédito e manutenção de política única de risco de crédito. O risco de crédito decorre da incerteza de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito do tomador, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a sua aderência à condição econômico-financeira do tomador. Realiza ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:
a) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
b) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
d) procedimentos para a recuperação de créditos;
e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
g) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
h) modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
i) limites portfolizados de crédito para cada cliente e limites globais por carteira;
j) modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos. Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são segregados e a estrutura organizacional envolve garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob. Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de risco de crédito. Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/2009 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

24. Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão da Diretoria e do Conselho de Administração. Além de dispor de um plano de capital específico, prevenindo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração. O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna. Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de capital.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2016

Introdução

1. O Comitê de Auditoria do Bancoob é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.
2. Além do Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que compõem o Conglomerado Bancoob: Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM, Ponta Administradora de Consórcios Ltda e Cabal Brasil Ltda.
3. A administração do Bancoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos em todas as empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de

Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.

. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou

condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 15 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Henrique Castilhanos Vilares - Presidente do Conselho

José Salvino de Menezes - Vice-Presidente do Conselho

Ivo Azevedo de Brito - Conselheiro

Geraldo Souza Ribeiro Filho - Vice-Presidente do Conselho

Luiz Gonzaga Viana Lage - Conselheiro

Manoel Messias da Silva - Conselheiro

Miguel Ferreira de Oliveira - Conselheiro

Neilson Santos Oliveira - Conselheiro

Rui Schneider da Silva - Conselheiro

DIRETORIA

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-Presidente

Énio Meinen - Diretor

Ricardo Simone Pereira - Diretor

Rubens Rodrigues Filho - Diretor

CONTADOR

Primo João Cracco

CRC-SP 149.703/O - S - DF